

- LXXXVII -**REDES POLÍTICAS E NOVA GOVERNANÇA: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA BASE NACIONAL COMUM
CURRICULAR**

Simone Gonçalves da Silva
UNOESC
silva.simonegon@gmail.com

Álvaro Moreira Hypolito
UFPeI
alvaro.hypolito@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como interesse investigar, a partir das políticas de implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como as redes políticas e as novas formas de governança se configura para a constituição da agenda educacional e das reformas educativas no contexto brasileiro. Metodologicamente a pesquisa utiliza a abordagem de análise de redes e a etnografia de rede (BALL, 2010; 2013; 2014), a partir de dados e materiais referentes ao processo de definição da BNCC. A discussão elenca aspectos considerados importantes, sobretudo no que se refere aos possíveis efeitos que a proposta de uma base nacional curricular ocupa no cenário educacional contemporâneo.

DISCUSSÃO

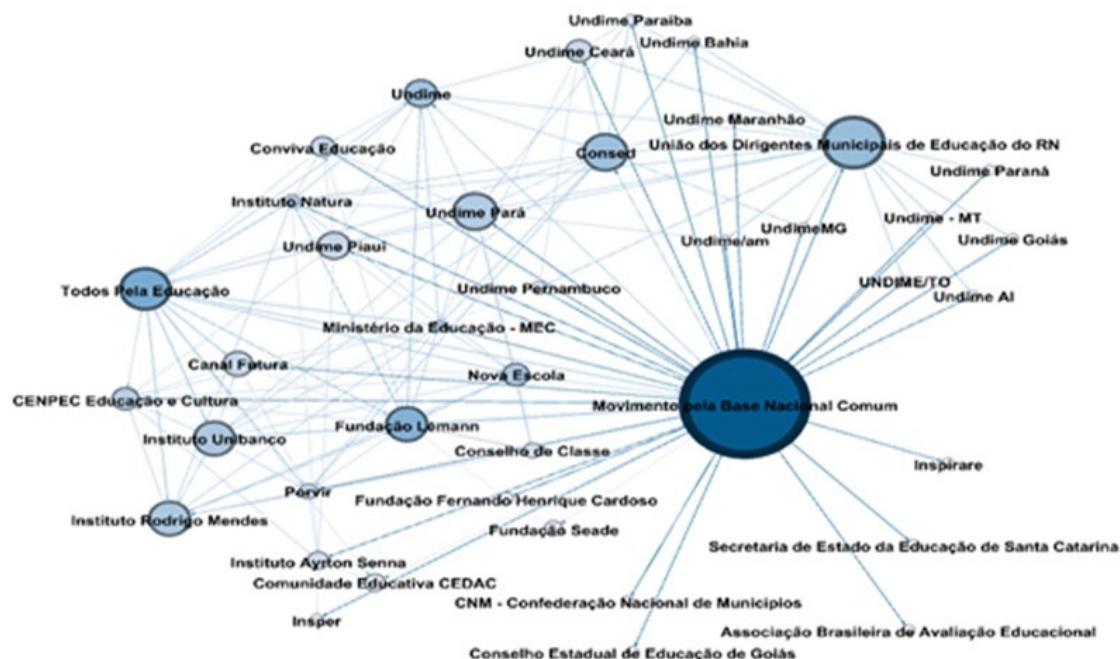
As políticas educacionais brasileiras desencadeadas nos anos finais da década de 1980 e no início da década de 1990 estão inseridas no contexto das reformas baseadas em prerrogativas neoliberais. A consolidação e implementação dessas políticas são esforços empreendidos pela introdução de um conjunto de estratégias a fim de supostamente solucionar os problemas da qualidade do ensino e da aprendizagem na educação pública. Um número abrangente dessas políticas são caracterizadas por práticas e por legislações que preconizam um modelo de governança.

Entende-se governança como um modelo de governo que envolve modos, processos, atores e instrumentos com diferentes interesses na gestão pública, articulados a partir de um contexto de globalização, com interesses econômicos globais das grandes corporações em um estágio do capitalismo com características neoliberais, em que o estado nacional tenta manter sua soberania, ampliando as formas de participação desses agentes e atores políticos e sociais particulares, como se fossem a sociedade civil. O uso deste conceito permite uma compreensão do aparecimento e do processo de legitimação de novos atores sociais muito presentes no contexto atual – parcerias público-privadas, novas filantropias, corporações internacionais, empreendedores sociais, acadêmicos, setores midiático, ONGs, fundações de caridade, fundações sem fins lucrativos, *think tanks*, consultores privados e empresas especializadas em conhecimento técnico para formulação de políticas, organismos internacionais, tipo Banco Mundial e OCDE. A prestação de serviços educacionais e o surgimento dessas novas formas de governança em rede ganham força, como contribuintes para a superação da crise na educação pública, e articulam, supostamente, uma série de propostas de soluções para os problemas da educação.

No Brasil, existem vários movimentos que se inter-relacionam nessa perspectiva de governança. O exemplo que trazemos para discutir é o “Movimento pela Base Nacional Comum - MBNC”, constituído como um grupo não-governamental, em 2013, a partir do “Seminário Internacional Liderando Reformas Educacionais”, ocorrido nos EUA, organizado e patrocinado pela Fundação Lemann (MACEDO, 2014, p. 1540). Com a proposta de auxiliar na elaboração de uma base curricular que definisse um conjunto de aprendizagens consideradas essenciais, para assegurar a garantia dos direitos à aprendizagem, este movimento, conforme seus documentos oficiais, diz contribuir com a formação dos professores, a orientação e a elaboração de recursos didáticos e pedagógicos, com a pretensão de melhorar os resultados nas avaliações externas.

A rede que representa um momento importante do MBNC (Grafo I) foi elaborada a partir da coleta de dados com a utilização do software Netvizz, um aplicativo do Facebook, com base na rede de *likes* da Página do Facebook- Movimento pela Base Nacional Comum. Posteriormente, esses dados foram importados para o software livre *Gephi*. Com base na análise desse grafo, são identificados 40 (quarenta) atores que estabelecem relações entre si, formando uma rede de influências do movimento, formado por pessoas e instituições que atuam na área de educação.

Gephi (Grafo I) – Composição da Rede do MBNC



A defesa da padronização e unificação dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas brasileiras, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, não é recente no país. Envolve uma relação de conservação e continuidade de propostas curriculares anteriores. Por exemplo, o Relatório Delors “Educação: Um tesouro a descobrir”, elaborado pela Comissão Internacional sobre Educação – UNESCO, para o século XXI, em 1996. Este delineia orientações relativas à educação básica e às necessidades educativas fundamentais no contexto mundial, ao apresentar quatro pilares para o desenvolvimento da educação ao longo da vida no novo milênio: i) aprender a conhecer/aprender a aprender; ii) aprender a fazer; iii) aprender a conviver; iv) aprender a ser (DELORS, 1996).

A BNCC gira em torno da busca de uma qualidade da educação, que envolve setores do governo e da sociedade civil, por meio de instituições e fundações. Percebe-se que o discurso da necessidade da reforma educacional está relacionado a uma estrutura organizacional de redes para a indução das políticas educacionais, como proposta “de políticas regional e global e cada vez mais um assunto de comércio internacional. A educação é, em vários sentidos, uma oportunidade de negócios” (BALL, 2004, p.1108).

A discussão da BNCC requer várias considerações no campo dos estudos em currículo. Currículo envolve disputas de poder que não se restringem às áreas disciplinares, ao ensino de conhecimentos e conteúdos, ao desenvolvimento de competências e às

habilidades e direitos de aprendizagem. Abrange, sobretudo, sustentar um projeto de sociedade. Indaga-se qual o projeto de sociedade e qual agenda educacional está em curso no processo de defesa de uma Base Nacional Curricular Comum.

Nesse cenário, é necessário compreender a produção de um currículo neoliberal (BALL, 2010), que se sustenta em três esferas: currículo neoliberal da reforma do setor público – lógica gerencialista no modo de administração pública; neoliberalismo ‘no’ currículo, com a produção do modo de ser estudante como empreendedor capaz de gerenciar sua própria vida; e, o currículo como uma oportunidade de lucro, como a oferta de produtos e serviços educacionais, como materiais didáticos, consultorias e atividades de formação. Percebe-se que no cenário brasileiro há um projeto de sociedade neoliberal que sustenta uma pauta educacional em defesa da BNCC, como um currículo neoliberal. Essa pauta está articulada às propostas e políticas desenvolvidas pelos atores que compõem o Movimento pela Base Nacional Comum, dentre eles os grupos educacionais privados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo torna possível, a nosso ver, uma visão mais ampla das redes políticas de influência no cenário brasileiro, como no processo de implementação da BNCC que apresenta como pauta a produção de um currículo neoliberal, como define Ball (2010). Nossa inquietação está em compreender como esse processo de padronização e uniformização, típico de uma proposta de base curricular nacional, reforça a constituição de uma agenda educacional conservadora para as reformas educativas no contexto brasileiro. Consideramos que conhecer as redes e seus atores é fundamental para se pensar e articular resistências contra esses discursos reformadores neoliberais que têm regulado e controlado o cenário educacional contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós Estado. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 25, n89, p.1105-1126, set/dez, 2004.
- BALL, Stephen J. Vozes/redes políticas e um currículo neoliberal global. *Espaço do Currículo*, João Pessoa, PB, v. 3, n. 1, p. 485-498. mar./set. 2010.
- BALL, Stephen J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, Michael W.; BALL Stephen; GANDIM, Luís Armando. *Sociologia da Educação: análise internacional*. Porto Alegre: Penso, 2013.

BALL, Stephen J. *Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal*. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BASE NACIONAL COMUM. *Movimento pela Base Nacional Comum*. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/>. Acessado em agosto de 2017.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular - BNCC*. Ministério da Educação, Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: agosto 2017.

BRASIL. *Guia de implementação da Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação, Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.consed.org.br/media/meeting/599b3089d9dd6.pdf>. Acesso em agosto 2017

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1996.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista e-Curriculum*. São Paulo, v.12, n.3, out./dez.2014, p.1530-1550.